

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

| |
|-----------------|
| SENTENÇA |
|-----------------|

| | |
|------------------|---|
| Processo nº: | 1008608-96.2015.8.26.0566 |
| Classe - Assunto | Procedimento Comum - Espécies de Contratos |
| Requerente: | Aparecido Correa Pinto e outro |
| Requerido: | Suzana Graciano Almeida de Jesus |

APARECIDO CORREA PINTO E VILNA VALÉRIO CORREIA ajuizaram ação contra SUZANA GRACIANO ALMEIDA DE JESUS, pedindo a condenação da ré ao pagamento de R\$ 14.000,00 e a promover a outorga de escritura definitiva. Alegaram, para tanto, que as partes firmaram contrato de compra e venda de instalação, equipamentos e produtos de perfumaria, no qual ficou estabelecida a obrigação da ré de pagar a importância de R\$ 71.000,00, mediante a transferência de um terreno, R\$ 5.000,00 de entrada e mais quatorze parcelas de R\$ 1.000,00. Entretanto, a ré deixou de pagar as parcelas previstas no contrato.

Após determinação deste juízo, os autores emendaram a petição inicial, desistindo do pedido para compelir a ré a outorgar escritura definitiva do imóvel.

A ré foi citada e contestou o pedido, aduzindo que quitou sete parcelas da dívida e que houve onerosidade excessiva no contrato.

O Cartório certificou que a contestação foi apresentada fora do prazo legal.

Apesar de intimadas, as partes não se manifestaram.

É o relatório.

Fundamento e decido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O aviso de recebimento da carta citatória foi juntado aos autos em 18 de dezembro de 2015 (fls. 45), iniciando-se a contagem do prazo de defesa no dia 18 de janeiro de 2016, haja vista o recesso forense e a suspensão dos prazos processuais no início do ano (Provimento CSM nº 2.297/15). Transcorridos os quinze dias, o termo final para apresentação da contestação deu-se no dia 1º de fevereiro de 2016. A peça defensiva foi apresentada apenas no dia 02 de fevereiro p.p., portanto fora do prazo legal.

Conclusivamente, reconhece-se a intempestividade da contestação e a incidência dos efeitos da revelia. Entretanto, conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça, *"A presunção de veracidade dos fatos alegados em razão da revelia não é absoluta. O julgador pode, na busca da verdade real, determinar a produção das provas que julgar necessárias à elucidação da causa. Embora não apresentando a contestação no prazo legal, poderia o recorrido intervir no feito, em qualquer fase, até a prolação da sentença, apenas recebendo-o no estado em que se encontrar. Desta forma, cabível a juntada dos documentos."* (AgRg no Ag 1088359/GO, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2009).

Dessa forma, é permitido ao juiz, com fulcro no princípio do livre convencimento, valorar os demais elementos probatórios carreados aos autos, não induzindo os efeitos da revelia na procedência do pedido.

Observa-se que a ré juntou aos autos seis comprovantes de pagamento das parcelas previstas no contrato (fls. 50/55), os quais totalizam a quantia de R\$ 6.050,00. Tais recibos não foram infirmados pelos autores, o que demonstra que efetivamente relacionam-se ao pagamento das parcelas do contrato de compra e venda entabulado. Aliás, embora parcialmente ilegível, reconheço como válido o documento de fls. 53, pois sequer houve insurgência dos autores.

Assim, é de rigor a procedência do pedido, deduzindo-se os valores já pagos pela ré. Em caso semelhante, assim decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo:

"APELAÇÃO CÍVEL. Ação de Despejo por Falta de Pagamento cumulada com Cobrança. Contestação intempestiva. Aplicação dos Efeitos da Revelia. Inteligência dos artigos 297 e 319 do Código de Processo Civil. Presunção relativa de veracidade. Recibos de Pagamento. Caução. Abatimento. Necessidade. RECURSO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

PARCIALMENTE PROVIDO para que na fase de liquidação de Sentença sejam abatidos os valores constantes dos recibos de fls. 41/42 bem como da caução prestada, mantida no mais a sentença de Primeiro Grau proferida, inclusive no tocante a verba honorária arbitrada e ônus inerentes à sucumbência." (Apelação nº 0017343-47.2011.8.26.0576, Rel. Des. Penna Machado, j. 23/07/2014).

Diante do exposto, acolho parcialmente o pedido e condeno a ré a pagar para os autores a importância de R\$ 7.950,00, com correção monetária e juros moratórios contados deste o vencimento de cada parcela.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona dos autores, fixados em 15% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 15 de abril de 2016.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**